

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1018615-50.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Compra e Venda**
 Requerente: **Ursula Konig**
 Requerido: **Via Varejo S/A - Casas Bahia**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

A autora Úrsula König propôs a presente ação contra a ré Via Varejo S/A, requerendo: a) que a ré seja compelida a entregar o bem adquirido no local determinado e devidamente montado; b) a condenação da ré no pagamento de indenização, a título de danos materiais, no valor de R\$ 2.000,00, correspondente às despesas com telefonemas, idas e vindas à loja e a perda de tempo na tentativa de solução do impasse sem a intervenção da justiça; b) a condenação da ré no pagamento de indenização por danos morais, no valor de R\$ 10.000,00.

A ré, em contestação de folhas 48/56, requer a improcedência do pedido, alegando que: a) após a aprovação do pedido de venda o produto fica disponível e no aguardo da retirada pela transportadora para posterior entrega ao destinatário; b) a empresa "Via Varejo" sempre informa uma data estimada para a entrega, mas podem ocorrer contratemplos; c) o atraso ocorrido, no máximo configura descumprimento contratual o qual por si só não gera dano moral; d) cabe à autora a prova dos fatos constitutivos de seu direito e no presente caso não o fez, não demonstrou quais danos morais sofreu; e) a ré sempre foi diligente em atender os consumidores, tentando solucionar questões de entrega de produtos com a maior brevidade possível, porém depende de uma logística que envolve terceiros como fornecedores e a transportadora; f) a autora afirmou que recebeu suposta ligação da ré informando que não entregaria os produtos no lugar avençado, mas não fez prova de suas alegações; g) a autora junta e-mails direcionados ao SAC, que comprovam a formalização da reclamação e comprovam o retorno dado pela empresa que solicitou o comparecimento da autora, munida de documentação para que desse andamento ao processo de entrega; h) os e-mails juntados pela autora só comprovam a recusa por parte da


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

mesma em proceder conforme o determinado; i) a atendente da loja virtual nada poderia fazer porque as lojas virtuais não são administradas pela Via Varejo, apenas as lojas físicas o são; j) a logística da empresa virtual e a física são completamente diferentes; k) o CNPJ das empresas é distinto e atuam em mercados distintos.

Réplica de folhas 191/195.

Relatei. Decido.

Passo ao julgamento conforme o estado do processo, sendo impertinente a prova oral ou pericial, orientando-me pelos documentos carreados pelas partes (CPC, artigo 434).

De início, tratando-se de relação de consumo, de rigor a inversão do ônus da prova, nos termos do artigo 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

No mérito, aduz a autora que: a) efetuou a compra na Via Varejo, conhecida como Casas Bahia de um painelheiro duplo, com três gavetas TEKA, 1 gavetão na cor branca BARTIRA CARLA IMB/BR, vendido sob o código 655.3559, pelo preço de R\$ 550,00, preço esse parcelado no cartão de crédito em 10 parcelas, de R\$ 55,00 cada, vencendo-se a primeira em 25.07.2014 e a última em 25.04.2015; b) a compra do painelheiro deu-se porque a autora pretendia completar o jogo de cozinha já existente; c) que o produto adquirido deveria ter sido entregue no estado do Mato Grosso do Sul, o que não ocorreu; d) telefonou várias vezes para a loja de São Carlos, esteve lá pessoalmente, mandou diversos emails; e) foi informada de que o painelheiro não mais seria entregue na fazenda no Mato Grosso do Sul, e que deveria ser retirado em alguma cidade próxima; f) não foi esse o combinado com a ré, mesmo porque o móvel não caberia na camionete, devido à altura das laterais e ainda deveria ser montado, como já ocorreu com outros produtos adquiridos anteriormente; g) ao ligar na Ouvidoria foi informada de que o pedido havia sido cancelado e a funcionária disse que nada poderia fazer.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Todavia, aplicando-se a inversão do ônus da prova de acordo com o artigo 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor, de rigor o reconhecimento de que o procedimento adotado pela ré ocasionou os danos alegados pela autora.

A autora alegou que é consumidora, tentou inúmeras vezes de forma amigável resolver a questão (**confira folhas 18/31**), a entrega de um produto já pago por ela (**confira folhas 32**), enviou e-mails, esteve presente na loja física, fez diversas ligações, inclusive na Ouvidoria, perdeu tempo ao esperar na loja, gastou combustível, estacionamento. A ré agiu de má-fé ao obter a vantagem ilícita para si ao receber as 10 parcelas, sem entregar o bem e nem dar satisfações. De rigor a condenação da ré que deverá arcar com o ônus da responsabilidade objetiva.

A autora, por seu turno, instruiu a inicial com as notas fiscais de folhas 11/17. Também instruiu a inicial com uma cópia da fatura do cartão de crédito, demonstrando a quitação das 10 parcelas (**confira folhas 32**). A ré, de outro lado, não logrou demonstrar a efetiva entrega do produto, impondo-lhe o ônus da impugnação específica, razão pela qual de rigor a procedência do pedido consistente em obrigar a ré a entregar o produto, sob pena de multa diária.

Por outro lado, de rigor a procedência do pedido de condenação da ré no pagamento de indenização pelos danos morais. Por obvio que os transtornos suportados pela autora superaram a esfera do mero aborrecimento, tendo em vista que a autora pagou por um produto e este não lhe foi entregue, mesmo após o ajuizamento da ação, razão pela qual de rigor a procedência do pedido. Trata-se de responsabilidade objetiva, nos termos da legislação consumerista.

Nesse sentido:

1007164-65.2014.8.26.0565 COMPRA E VENDA DE BEM MÓVEL. OBRIGAÇÃO DE FAZER C.C. INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. **1. Gera inequívoco abalo moral o**


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

descumprimento contratual por parte da ré que deixou de entregar no tempo e modo combinados os móveis para guarnecer a residência do autor. 2. Na fixação da indenização pelo dano moral cabe ao juiz nortear-se pelo princípio da razoabilidade, estabelecendo-a em valor nem tão grande que se converta em fonte de enriquecimento, nem tão pequena que se torne inexpressiva. 3. Em decorrência do princípio da causalidade aquele que deu causa à propositura da ação deve responder pelas custas do processo, inclusive pelos honorários advocatícios da parte autora. 4. São inconfundíveis os honorários sucumbenciais e os contratados entre o autor e o seu patrono, sendo incabível que a parte vencida arque com despesas relacionadas ao interesse da parte contrária. Recurso parcialmente provido. (Relator(a): Felipe Ferreira; Comarca: São Caetano do Sul; Órgão julgador: 26ª Câmara de Direito Privado; Data do julgamento: 14/04/2016; Data de registro: 15/04/2016)

Considerando a condição econômica das partes, tratando-se a ré de uma das maiores empresas varejistas do país e o caráter pedagógico da condenação, fixo o dano moral em R\$ 10.000,00, que certamente não importará em enriquecimento sem causa à autora e tampouco em empobrecimento da ré, com atualização monetária a partir de hoje. Os juros de mora são devidos a partir do ato ilícito, nos termos da Súmula 54 do Superior Tribunal de Justiça. De acordo com a nota fiscal de folhas 11, o produto deveria ser entregue em 14.07.2014, a qual servirá como termo inicial para efeitos dos juros moratórios.

Por outro lado, o pedido de condenação da ré no pagamento de indenização por danos materiais não comporta acolhimento.

O dano material deve ser efetivamente demonstrado por meio de documentos. A autora deveria, no mínimo, ter instruído a inicial, conforme estabelece o artigo 434 do Código de Processo Civil, com documentos suficientes a demonstrar o efetivo prejuízo material por ela suportado com os interurbanos, combustível e estacionamento.

Dessa maneira, não é possível postergar a apuração do dano material para fase de liquidação da sentença, cuja prova deve ser pré-constituída.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Nesse sentido:

0132679-09.2010.8.26.0100 Apelação / Alienação Fiduciária

Relator(a): Neto Barbosa Ferreira

Comarca: São Paulo

Órgão julgador: 29ª Câmara de Direito Privado

Data do julgamento: 29/10/2014

Data de registro: 29/10/2014

Ementa: “Apelação Alienação fiduciária Ação cancelamento de gravame c.c perdas e danos Inclusão do gravame indevida Veículo pertencente ao autor Responsabilidade objetiva da instituição financeira Teoria do risco Inteligência do art. 927, parágrafo único do CC. **Danos materiais Descabimento Ausência de comprovação Prova pré-constituída** Desnecessidade de prova oral. Danos morais Ocorrência Indenização fixada no valor de R\$ 7.240,00, com correção monetária desde a data do julgamento e juros de mora a partir da inclusão do gravame Precedentes Jurisprudenciais - Incidência das súmulas 362 e 54 do C. STJ Recurso do autor parcialmente provido e o do réu improvido.”

Diante do exposto, acolho, na maior parte, o pedido inicial, resolvendo o mérito nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil, para o fim de: a) compelir a ré a entregar à autora, devidamente montado, o bem por esta adquirido, no prazo de 10 dias, sob pena de multa diária no valor de R\$ 500,00 até o limite de R\$ 5.000,00; b) condenar a ré no pagamento de indenização, a título de danos morais, em favor da autora, no valor de R\$ 10.000,00, com atualização monetária a partir de hoje e juros de mora a partir de 14.07.2014, nos termos da fundamentação supra. Sucumbente na maior parte, condeno a ré no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, esses fixados em 20% do valor da condenação, ante o bom trabalho da autora, que advogou em causa própria.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

P.R.I.C.

São Carlos, 19 de abril de 2016.

Juiz Alex Ricardo dos Santos Tavares

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

1018615-50.2015.8.26.0566 - lauda 5